



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 às 09:25, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 8321482: EDITAL DE PREGÃO 024-2026 PL 083-2026 -
ENSACADORA SILAGEM**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Ibiam

MUNICÍPIO

Ibiam



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:8321482>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 083/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

O **MUNICÍPIO DE IBIAM**, Estado de Santa Catarina, CNPJ 01.612.745/0001-74, representado por seu Prefeito Municipal em exercício CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação pública na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 4499/2025 e Lei Complementar nº 123/2006, **Aquisição de ensacadora e compactadora de silagem, nova, com motor a gasolina mínimo de 6,5 HP, capacidade de produção entre 2 e 3 toneladas por hora, com regulagem de compactação e peso do saco, aceleração e desaceleração automática, estrutura monobloco e rodas maciças. O equipamento deverá possuir identificação de marca, modelo e número de série. Deverá ser apresentado prospecto contendo marca e modelo junto à proposta, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

Senhor Licitante,

Para formação da proposta de preço e inserção no sistema COMPRAS.GOV.BR, V.S.^a deverá basear-se exclusivamente nas informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas do objeto e demais condições do Anexo I – Termo de Referência, desconsiderar as especificações do sistema. O sistema COMPRAS.GOV.BR é apenas a plataforma utilização para realização da sessão pública.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 do dia 27/05/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 27/05 /2026.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:45 horas do dia 27/05/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.comprasnet.gov.br

USASG: 980920

VALOR MÍNIMO DE LANCE: R\$ 0,01 (um centavo).

Formalização de consultas/encaminhamentos:

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Ibiã

ENDEREÇO: Travessa Leoniza Carvalho de Agostini, 20 – Centro, Município de Ibiã – Santa Catarina, CEP: 89652-000.

Pregoeiro: Fernando Caon.

E-mail: fernando.caon@ibiam.sc.gov.br ou licita@ibiam.sc.gov.br

Telefone: (49) 35340044 ou (49) 92001-3328

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto, **aquisição de ensacadora e compactadora de silagem, nova, com motor a gasolina mínimo de 6,5 HP, capacidade de produção entre 2 e 3 toneladas por hora, com regulagem de compactação e peso do saco, aceleração e desaceleração automática, estrutura monobloco e rodas maciças. O equipamento deverá possuir identificação de marca, modelo e número de série. Deverá ser apresentado prospecto contendo marca e modelo junto à proposta, do Município de Ibiã/SC, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.**





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

2- PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar do presente Pregão Eletrônico as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.comprasnet.gov.br.

2.2 - Não será admitida nesta Licitação a participação de:

- a) Estrangeiras que não funcionem no País.
- b) Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Ibiá, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da lei nº 14.133, de 2021;

2.3 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

2.4 - Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do Pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site www.comprasnet.gov.br.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 - O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ibiã, promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo **especificações, valor unitário** e demais informações necessárias.

4.1.1 - A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.

4.1.2 - As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º, da Lei Complementar 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

4.2 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como sua declaração e os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico.

4.4 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Preço unitário para o item e total em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo **duas casas decimais após a vírgula;**

b) Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências.

c) Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;

d) Fica estabelecido em sessenta dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da Sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

4.5 - Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não Comprometam o interesse público e da Administração.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.





5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

- a) O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- b) Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4. Em caso de empate entre propostas, serão aplicados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.





6.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

6.9. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o Aberto.

6.10. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um centavo) tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

7 – DO MODO DE DISPUTA ABERTO





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

7.1 - No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.2- A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.3- Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.4- Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.5- No caso de empate ficto, de acordo com a LC 123/2006, será oportunizado à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada Vencedora do Certame no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, sendo que, exercida a oportunidade a que se refere este subitem, sua proposta será classificada em 1º lugar.

7.6- É considerado empate ficto quando as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até cinco por cento superior à proposta mais bem classificada da empresa normal.

7.7- Havendo mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de preço no intervalo, proceder-se-á a classificação das mesmas, em ordem crescente, a fim de lhes assegurar a prioridade em caso de inabilitação da imediatamente melhor classificada. As demais propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

7.8- Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte recusar o benefício, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese mencionada neste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.9- Não verificada a hipótese de empate previsto na legislação ou não exercido o direito, será classificada em 1º lugar a proposta originalmente Vencedora do Certame.

8 – DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

9 – DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

9.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata.

9.2 - Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a PROPONENTE VENCEDORA, pelo pregoeiro, no sistema Comprasnet para que seja anexada a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÍNIMO DE 02 (duas) HORAS.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

9.3 - De acordo com o art. 63, inciso II, combinado com o art. 17, § 1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante vencedor, após a fase de julgamento das propostas, e deverá ser realizada no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado do envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.

9.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas horas).

9.5 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará a licitante Vencedora.

9.6 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se a licitante Vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.7 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante Vencedora, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar a licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

9.8 – A licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

10 - HABILITAÇÃO

A habilitação da licitante Vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

10.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual, ou
- b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial** e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou
- c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.
- d) **Decreto de autorização** e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- e) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- f) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- g) consulta do cadastro no SICAF.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

10.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;**
- b) **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;**
- c) **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).**
- e) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**
- f) **Declaração Unificada (anexo III).**

10.3 - Quanto a HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresse.**
 - a.1) **No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido**





judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

a.2) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

10.4 - Quanto a HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) A licitante deverá apresentar no mínimo, **1(um) Atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, expedido em nome da licitante (pessoa jurídica), comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

10.5 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.5.1- As Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que quiserem participar deste Certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

10.5.2- A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de noventa dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

10.5 - As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

10.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a Vencedora do Certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação.

11- DO ENVIO DOS DOCUMENTOS

11.1 Para habilitação, as empresas interessadas em participar do pregão deverão anexar no sistema **COMPRASNET**, em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação. Sendo que a documentação anexada evitará a necessidade de envio da mesma por e-mail, bem como trará agilidade na verificação de habilitação das empresas vencedoras.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

11.2 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser inseridos no sistema www.comprasnet.gov.br, juntamente com a proposta. **Obs. Anexar em arquivo único e de preferência em sequência conforme edital.**

11.3 Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

11.5 As declarações assinadas deverão ser realizadas preferencialmente na forma digital.

11.6 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções administrativas deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

12 – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.2 -PREÇO POR ITEM.

12.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

12.4 A proposta deverá conter PREÇO POR ITEM, ou seja, a multiplicação da quantidade estimada do item pelo respectivo preço unitário (conforme a unidade e a quantidade mencionada abaixo), expresso em reais, sendo o total com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

12.5 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

12.6 Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

12.7 A licitante deverá considerar, para formulação de sua proposta, as seguintes condições.

12.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

12.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

12.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, NÃO serão passíveis de alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

12.11 O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

13 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

13.1 – As Impugnações ao Ato Convocatório do Pregão serão recebidas até três dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

13.1.1 – Caberá ao Pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a Impugnação no prazo de três dias úteis.

13.1.2 – Deferida a Impugnação contra o Ato Convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do Certame.

14 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

14.1.1 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

14.2 - A licitante que manifestar a intenção de Recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de três dias úteis para a apresentação das Razões do Recurso,





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as Contrarrazões em igual número de dias.

14.3 - O Recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

14.4 - O acolhimento do Recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5 - Não serão conhecidos os Recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

14.6 - Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta Licitação, a Licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de Recurso.

15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.2 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.3 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

15.4 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.5 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.6 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, exclusivamente para fins de acompanhamento das obrigações de entrega, garantia, assistência técnica e pagamento, permanecendo vigente até o integral cumprimento das obrigações assumidas pelas partes.

17. DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que devidamente aceito pela Administração.

17.3 A assinatura deverá ser realizada preferencialmente na forma digital.

17.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.5 O contrato será formalizado com todos os itens constantes no Termo de Referência, contendo a identificação da contratada, descrição do objeto, quantidades, valores contratados e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

17.6 Na hipótese de a vencedora da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, análise da proposta e eventual negociação, celebrar a contratação.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – O Município efetuará o pagamento do objeto desta Licitação, a licitante Vencedora, mediante apresentação das faturas seguindo o Decreto Municipal 4499/2025.

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 83

Fonte: 1500

Detalhamento: 44905234 – MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

19.1 A Contratada obriga-se a:

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

- a) Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, fornecer os materiais constantes do Anexo I – Termo de Referência, com exatidão e zelo, atendendo às normas do presente Edital e seus anexos, responsabilizando-se integralmente pelo fornecimento contratado.
- b) Possuir atividade compatível com o objeto licitado.
- c) Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros ou à Administração, em decorrência do fornecimento do objeto, ficando o Município isento de quaisquer responsabilidades civis, criminais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais.
- d) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou desconformidade com as especificações exigidas.
- e) Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que impeça ou dificulte o cumprimento do fornecimento.
- f) Responsabilizar-se integralmente pela entrega do objeto, observadas as especificações técnicas, normas aplicáveis e exigências editalícias.
- g) Atender imediatamente às solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos materiais que não atendam às especificações exigidas.
- h) Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos materiais fornecidos, reservando ao Município o direito de recusá-los caso não atendam aos padrões exigidos.
- i) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- j) Arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas inerentes ao cumprimento do objeto contratual.
- k) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação sem prévia autorização da Administração.

19.2 A Contratante obriga-se:

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes do edital, proposta e Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos materiais fornecidos, para que sejam substituídos ou corrigidos.
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, através de servidor designado para este fim.

20. INDICAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Bruno Felicetti Dallago

20.1 INDICAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Valdir Sebastião Moreira

Cargo: Secretário de Infraestrutura, Obras e Transportes.

21. DAS PENALIDADES

21.1- Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155](#)





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

[desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública

22 - DISPOSIÇÕES GERAIS





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

22.2 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos à Administração Municipal no endereço anteriormente citado ou pelo telefone (49) 3534-0044, com o Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação vigente.

22.4 No interesse da Administração, e sem que caiba às licitantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) anulada ou revogada, no todo ou em parte, a presente licitação.

22.5 O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação será o da Comarca de Tangará/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ibiá – SC, 12 de Maio de 2026.

23. – Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IV- Declaração Unificada;

Anexo V – Minuta do Contrato;





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Camilo Cezar Minosso Gatti

Prefeito Municipal

André Luiz Simioni

Procurador Geral do Município – OAB/SC 45097

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo

1. Informações Básicas

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Entidade Contratante: Prefeitura Municipal de Ibiã -SC

Setor requisitante: Secretaria municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Nome do Projeto: Aquisição de Ensacadora de Silagem

Tipo de contratação: Aquisição de bens e produtos

2. Descrição de necessidade

A produção de silagem é uma das principais estratégias utilizadas pelos produtores rurais do município de Ibiã para garantir a adequada alimentação do rebanho bovino e demais animais de produção, especialmente em períodos de estiagem ou escassez de pastagens. Entretanto, as associações de agricultores enfrentam dificuldades no armazenamento e conservação eficientes das forragens produzidas, resultando, frequentemente, em perdas significativas durante o processo de ensaque manual e compactação inadequada do material. Essas perdas refletem diretamente no aumento dos custos de produção, diminuição da oferta de alimentos de qualidade para os rebanhos e, conseqüentemente, na redução da produtividade das propriedades rurais.

Além disso, o manejo manual da silagem demanda grande esforço físico, tempo e mão de obra, o que nem sempre está disponível de forma suficiente nas associações de agricultores familiares, limitando a capacidade de organização coletiva e dificultando o acesso a práticas mais modernas e eficientes de conservação de alimentos para os animais. Essa limitação limita o potencial produtivo das pequenas propriedades e reduz a competitividade do setor agrícola local, comprometendo a segurança alimentar e a viabilidade econômica dos pequenos produtores.

Outro aspecto relevante consiste na necessidade de promover condições adequadas de trabalho e segurança aos agricultores envolvidos nas atividades de ensaque e compactação da silagem. O uso de equipamentos ou métodos inadequados pode expor os trabalhadores a riscos de acidentes, além de potencializar o desperdício de material devido à compactação insuficiente ou irregular, dificultando o transporte e o armazenamento eficiente das forragens.

Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de uma intervenção que possibilite a modernização dos processos de armazenamento e conservação da silagem nas associações





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

rurais do município, visando reduzir perdas, otimizar a utilização dos recursos disponíveis e garantir a disponibilidade de alimento de qualidade para os rebanhos ao longo do ano. Essa medida é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e fortalecer a economia rural local, atendendo ao interesse público pela valorização dos pequenos produtores e incremento da produtividade agrícola.

3. Requisitos da contratação

Diante do problema identificado, a solução considerada mais eficiente neste Estudo Técnico Preliminar é a aquisição de máquina ensacadora e compactadora de silagem, com vistas à modernização, ganho de eficiência e redução de perdas na produção de forragens pelas associações de agricultores. O equipamento deverá ser novo, sem uso anterior, podendo ser de fabricação nacional ou importada, e atender aos seguintes requisitos: conformidade com normas técnicas e de segurança, estrutura reforçada em aço carbono ou material equivalente, pintura anticorrosiva, fácil operação, manutenção e transporte.

Exige-se capacidade mínima de produção de 2 a 3 toneladas/hora, compatibilidade com sacos padrão e sistema de compactação ajustável para pesos entre 20 kg e 40 kg. O sistema compactador deverá dispor de, no mínimo, duas roscas helicoidais, controle de densidade do material, compactação uniforme e mecanismos para reduzir embuchamentos e desperdícios. Amotorização deverá ser a gasolina, com potência mínima de 6,5 HP e baixo consumo, além de sistema de acionamento seguro. No campo da segurança, a máquina deverá oferecer parada automática, proteções nas partes móveis e dispositivo de desligamento de emergência, atendendo às normas NR vigentes.

Quanto à estrutura e mobilidade, exigem-se rodas maciças ou equivalentes, dimensões compatíveis com transporte em veículos agrícolas e resistência a uso intenso rural. A entrega deverá ocorrer em local a ser designado pela Administração, em perfeitas condições de uso, acompanhada de nota fiscal, termo de garantia, manual em português e demais documentos. Exige-se garantia de 12 meses, assistência técnica autorizada no Brasil, disponibilidade de peças no mercado nacional e fornecimento de acessórios como chave de partida, ferramentas básicas de manutenção, funil de alimentação, dispositivo e sistema de regulação de compactação e fixação dos sacos.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

O atendimento a critérios de sustentabilidade estará presente por meio de requisitos relativos à eficiência energética e durabilidade dos materiais. Por se tratar do fornecimento de equipamento de uso duradouro, a aquisição não possui natureza contínua, mas busca impacto permanente na melhoria das condições produtivas e de sustentabilidade das associações. Os detalhes finais dos requisitos serão especificados no Termo de Referência.

4. Levantamento de mercado

No levantamento de mercado realizado para atender à necessidade de modernização dos processos de ensaque e compactação da silagem no município de Ibiã, foram avaliadas as principais alternativas tecnológicas disponíveis voltadas para aumentar a eficiência do armazenamento e conservação das forragens. Dentre as opções identificadas, destacam-se a contratação de serviços especializados, o aluguel temporário de equipamentos e a aquisição definitiva de máquinas de ensacamento e compactação de silagem. A consulta ao Banco de Preços permitiu identificar valores praticados por outros órgãos públicos em aquisições semelhantes, proporcionando uma referência confiável para balizar o custo estimado e garantir economicidade ao processo de contratação.

A análise técnica demonstrou que a aquisição de equipamentos específicos para ensacamento e compactação da silagem é a alternativa mais viável, tanto sob o aspecto operacional quanto econômico. Os investimentos em máquinas modernas proporcionam maior agilidade no processo, reduzem significativamente as perdas por má compactação e oferecem melhores condições ergonômicas e de segurança para os trabalhadores rurais. Ademais, tais equipamentos possuem baixa necessidade de manutenção e elevada durabilidade, tornando-se um ativo compartilhável entre as associações de agricultores e promovendo o uso racional de recursos. Em contraponto, alternativas como a manutenção do processo manual ou a contratação pontual de serviços mostraram-se insuficientes para atender a demanda regular ao longo do ano, além de manter custos operacionais elevados e riscos trabalhistas.

Dessa forma, a escolha pela aquisição de equipamentos de ensacamento e compactação de silagem está apoiada em justificativas técnicas e econômicas sólidas, fundamentadas





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

em dados de mercado e experiências exitosas de outros municípios. Essa solução garantirá maior eficiência na produção e conservação de silagem, refletindo diretamente na qualidade da alimentação animal e na sustentabilidade das pequenas propriedades, além de valorizar o trabalho coletivo das associações e fortalecer o desenvolvimento local. Assim, a contratação atende plenamente ao interesse público, promovendo ganhos de produtividade e reduzindo perdas no setor agropecuário municipal.

5. Descrição da Solução como um todo

A solução proposta contempla a aquisição de uma máquina ensacadora e compactadora de silagem, ferramenta moderna e eficaz que visa transformar e modernizar o processo de armazenamento de forragens nas associações de agricultores do município de Ibiã. Essa intervenção proporciona ganhos expressivos em eficiência operacional, redução de perdas e otimização do uso dos recursos agrícolas, promovendo maior segurança alimentar para o rebanho durante períodos críticos de estiagem e escassez de pastagem. Ao automatizar o ensaque e compactação, a solução libera mão de obra, reduz o esforço físico dos trabalhadores, fortalece o associativismo agrícola e proporciona aumento de produtividade nas pequenas propriedades, tornando o processo produtivo mais competitivo e sustentável.

O equipamento possibilita a padronização do ensaque, com compactação ajustável e adequada densidade dos sacos, facilitando o transporte, o armazenamento e a conservação de silagem de milho, capiaçu, sorgo e pastagens, maximizando a qualidade do alimento animal e reduzindo o desperdício. Dessa forma, ele contribui diretamente para a redução dos custos operacionais e amplia o acesso das famílias rurais a tecnologias adequadas, fomentando o desenvolvimento local e inserção de práticas inovadoras no ambiente rural.

A escolha por uma solução definitiva, de aquisição, em detrimento do aluguel ou de contratação continuada, fundamenta-se na demanda sazonal e recorrente por esse tipo de equipamento, bem como na necessidade de garantir autonomia e uso compartilhado permanente por parte das associações. A manutenção da máquina será respaldada pela necessidade de garantia, assistência técnica e disponibilidade de peças no mercado interno, assegurando robustez operacional a médio e longo prazo e menor risco de interrupção das atividades agrícolas.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

O processo de aquisição segue a legislação vigente, com formalização contratual específica e critérios de sustentabilidade, reforçando a seriedade, a transparência e a economicidade da gestão pública. Por se tratar de um bem durável, com impacto permanente no cotidiano das associações, a solução maximiza o retorno do investimento público e potencializa os benefícios para toda a cadeia produtiva local.

6. Estimativa de Quantitativo e do Valor

LOTE 1			
Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Ensacadora e compactadora de silagem, com motor à gasolina. Capacidade mínima de Produção de 2 a 3 toneladas por hora. Com regulagem de compactação e peso do saco. Aceleração e desaceleração automática. Motor no mínimo 6,5hp. Estrutura monobloco. Rodas maciças. Equipamento novo. Apresentar prospecto do equipamento, marca e modelo junto com a proposta. O equipamento deverá ter identificação de marca, modelo e número de série.	1	R\$8.617,77	R\$8.617,77
Preço global R\$8.617,77			

Preço global da contratação R\$8.617,77

6.1 Dotação orçamentaria

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:

Secretaria: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 83





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Detalhamento: 44905234 máquinas, utensílios e equipamentos diversos

Fonte: 1500

7. Parcelamento do objeto

Considerando que a presente contratação tem por objeto a aquisição de uma máquina ensacadora e compactadora de silagem, observa-se que o item é único e indivisível, pois se trata de um equipamento completo e específico, composto por diversos componentes e acessórios cuja funcionalidade depende da integralidade do conjunto. O fracionamento ou o parcelamento do objeto não se aplica, uma vez que não há como adquirir separadamente suas partes ou acessórios de fornecedores distintos sem comprometer a garantia de eficiência, compatibilidade técnica e o atendimento dos requisitos de segurança e garantia previstos no termo de referência.

Além disso, a contratação em um único Item assegura maior controle sobre a entrega, a assistência técnica e a garantia do fabricante, aspectos indispensáveis para o atendimento pleno das associações de agricultores do município. A adoção do Item único se mostra justificada e adequada diante da ausência de fragmentação possível do objeto, bem como da necessidade de garantir uniformidade e padronização do equipamento a ser adquirido, proporcionando maior eficiência operacional e facilitando futuras manutenções e reposições.

8. Contratações correlatas e/ou Interdependentes

Após análise detalhada das necessidades e das externalidades relativas à contratação da máquina ensacadora e compactadora de silagem destinada ao atendimento das associações de agricultores do município de Ibiã-SC, verifica-se que a aquisição do referido equipamento possui um escopo específico e plenamente autônomo, voltado exclusivamente ao fomento da agricultura familiar, ao aprimoramento do armazenamento de forragens e à melhoria das condições de manejo da alimentação animal nas propriedades rurais.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Considerando que a máquina será utilizada apenas para processos de ensaque e compactação de silagem, não existem, na estrutura atual da Prefeitura Municipal de Ibiã-SC, outras contratações vigentes ou previstas que sejam correlatas ou interdependentes, não havendo insumos, serviços acessórios, acordos de manutenção compartilhada ou outras aquisições em curso que possam ser diretamente afetados ou influenciar a execução desta contratação. Assim, a iniciativa não gera impactos externos relevantes, tampouco depende da integração com outros contratos de fornecimento de máquinas, equipamentos ou serviços já existentes, de modo que a contratação pretendida se caracteriza como ação independente e autossuficiente, sem sobreposição, interferência ou necessidade de alinhamento com quaisquer outros processos licitatórios ou instrumentos contratuais firmados pela administração municipal.

9. Plano de Contratações Anual (PCA)

A ausência de previsão para a contratação da máquina ensacadora e compactadora de silagem no Plano de Contratações Anual deve-se à ocorrência de mudanças de prioridades institucionais ao longo do exercício. No momento da elaboração do referido plano, a aquisição deste equipamento não constava entre as demandas prioritárias da Administração, em razão das diretrizes vigentes e das necessidades identificadas à época. Entretanto, alterações no planejamento estratégico municipal e nas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar — especialmente diante dos recentes períodos de estiagem e dos desafios enfrentados pelas associações de agricultores — tornaram premente a necessidade de aquisição do equipamento, visando garantir melhores condições para o armazenamento, conservação e manejo da alimentação animal nas propriedades rurais do município.

Assim, justifica-se a inclusão extemporânea desta contratação em razão da reavaliação das necessidades institucionais, que resultou na identificação de novos desafios e demandas emergenciais por parte dos produtores rurais do município. Esta decisão visa reduzir as perdas na produção de silagem e fortalecer o desenvolvimento das associações de agricultores, promovendo a segurança alimentar dos rebanhos e contribuindo para a sustentabilidade da agricultura familiar local.





10. Demonstrativos dos resultados pretendidos

A Prefeitura Municipal de Ibiã-SC, com a presente contratação destinada à aquisição de uma máquina ensacadora e compactadora de silagem, busca como resultados primordiais a ampliação da economicidade e a maximização do aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis no município. A máquina será colocada à disposição das associações de agricultores, otimizando os processos de ensaque e compactação das forragens utilizadas na alimentação animal nas propriedades rurais. Com a mecanização desse processo, espera-se uma significativa redução das perdas decorrentes de ensaque manual e compactação inadequada, que atualmente impactam diretamente nos custos de produção e na oferta de alimentos de qualidade aos rebanhos, especialmente em períodos de estiagem.

O uso do equipamento contribuirá ainda para uma gestão mais racional e eficiente da mão de obra, reduzindo o esforço físico dos agricultores e liberando-os para outras atividades produtivas, o que favorece o aumento da capacidade operacional das associações e o melhor aproveitamento do tempo de trabalho. A máquina, ao proporcionar maior uniformidade e compactação adequada da silagem, facilitará também o transporte e o armazenamento da forragem, resultando em melhor conservação do material e menor incidência de desperdício. Com isso, há a garantia de alimentação de melhor qualidade para os animais ao longo de todo o ano, impulsionando a produtividade e a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais do município.

Em termos de recursos financeiros, a aquisição do equipamento evitará custos recorrentes com perdas de forragens e diminuição da produtividade, promovendo o uso mais eficiente dos investimentos públicos voltados ao desenvolvimento rural. A redução dos desperdícios ao longo de toda a cadeia produtiva repercute positivamente na renda dos produtores e na competitividade do setor agrícola local. Além disso, ao seguir rigorosamente as normas de segurança e possuir dispositivos de proteção, a máquina contribuirá para a redução de riscos de acidentes de trabalho, trazendo mais segurança aos agricultores familiares, fator essencial no contexto da agricultura municipal.

De forma sintética, entre os principais resultados pretendidos estão:

- Redução das perdas na produção e armazenamento de silagem, promovendo a





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

economicidade.

- Melhoria da qualidade da alimentação animal e consequente aumento da produtividade rural.
- Otimização do uso da mão de obra, reduzindo esforço físico e tempo das equipes das associações.
- Incentivo à adoção de tecnologias mais modernas no campo, fortalecendo a agricultura familiar.
- Racionalização do uso dos recursos públicos investidos, com mais retorno social e econômico.
- Melhoria das condições de trabalho e segurança dos agricultores.
- Fortalecimento do setor rural e incremento da sustentabilidade econômica das pequenas propriedades.

Desta forma, a contratação da máquina ensacadora e compactadora representa uma iniciativa estratégica para o município de Ibiã, promovendo avanços concretos na gestão eficiente dos recursos e no desenvolvimento sustentável da agricultura local.

11. Providências prévias a serem adotadas

Não há providências a serem adotadas previamente pelo órgão responsável para a celebração do contrato referente à aquisição da máquina ensacadora e compactadora de silagem. Todas as exigências quanto às especificações técnicas, condições de entrega, garantia, assistência técnica e demais requisitos necessários para o pleno atendimento das associações de agricultores do município já estão definidas e abrangem integralmente as necessidades do objeto pretendido.

Dessa forma, o processo de contratação poderá ser conduzido de modo direto, sem a necessidade de medidas adicionais por parte da Prefeitura Municipal de Ibiã-SC antes da formalização do contrato, considerando que os parâmetros estabelecidos atendem aos objetivos de modernização e fortalecimento da agricultura familiar no município.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

INDICAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO:

Nome completo do(a) fiscal: Bruno Felicetti Dallago

Contato: bruno.dallago@ibiam.sc.gov.br

INDICAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:

Nome Completo do(a) Gestor(a) do Contrato: Valdir Sebastião Moreira

Cargo: Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes

12. Possíveis impactos ambientais

Neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que não há potenciais impactos ambientais relevantes decorrentes da presente contratação, cujo objeto é a aquisição de máquina ensacadora e compactadora de silagem destinada ao atendimento das associações de agricultores do município. O equipamento será utilizado exclusivamente no processo de armazenamento e conservação de forragens, sem gerar resíduos, emissões atmosféricas relevantes, efluentes líquidos ou qualquer outro tipo de descarte ambiental significativo durante o seu funcionamento habitual. Além disso, trata-se de equipamento de operação pontual e intermitente, com baixo consumo de combustível e fabricação em conformidade com rigorosas normas técnicas e de segurança vigentes.

Ainda, trata-se de aquisição de máquina nova, cuja operação, manutenção e eventual descarte de peças ou componentes já são disciplinados por normas técnicas nacionais. Todos os impactos ambientais presumivelmente associados à sua fabricação, transporte, uso e manutenção correspondem àqueles rotineiramente tratados pelos procedimentos ordinários do fabricante e do usuário, não demandando medidas adicionais mitigadoras pelo poder público contratante. Ressalta-se que a utilização da máquina, ao promover melhor conservação e aproveitamento de alimentos, contribui para a redução do desperdício de matéria-prima agrícola e impactos ambientais indiretamente relacionados à perda e descarte inadequado de alimentos.

Diante do exposto, conclui-se pela inexistência de impactos ambientais significativos advindos da contratação pretendida, sendo desnecessária a adoção de procedimentos





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

ambientais específicos além dos já usualmente observados pelo fabricante e pelos usuários no manejo e manutenção de equipamentos agrícolas desta natureza.

13. Conclusão

Diante da análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de máquina ensacadora e compactadora de silagem, conforme descrito, é plenamente adequada para atender às necessidades das associações de agricultores do município, proporcionando melhores condições para o armazenamento, conservação e manejo da alimentação animal nas propriedades rurais. O equipamento especificado contempla todas as exigências técnicas, operacionais e de segurança necessárias para o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria da produção de silagem. Dessa forma, opina-se favoravelmente pelo prosseguimento do processo de contratação, por se tratar de medida pertinente, justificável e alinhada ao interesse público.

Ibiã, 07 de maio de 2026

Camilo Cezar Minosso Gatti

Prefeito Municipal

Bruno Felicetti Dallago

Prefeitura Municipal de Ibiã -SC





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Condições Gerais de Contratação

LOTE 1			
Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
Ensacadora e compactadora de silagem, com motor à gasolina. Capacidade mínima de Produção de 2 a 3 toneladas por hora. Com regulagem de compactação e peso do saco. Aceleração e desaceleração automática. Motor no mínimo 6,5hp. Estrutura monobloco. Rodas maciças. Equipamento novo. Apresentar prospecto do equipamento, marca e modelo junto com a proposta. O	1	R\$8.617,77	R\$8.617,77





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

equipamento deverá ter identificação de marca, modelo e número de série.			
Preço global do lote R\$ 8.617,77			

Preço global da contratação **R\$8.617,77**

1.1 Aquisição de máquina ensacadora e compactadora de silagem, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei no 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação não estava previsto no Plano de Contratações Anual, tratando-se de inclusão extemporânea justificada no Estudo Técnico Preliminar devido a alterações no planejamento estratégico municipal e nas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

3. Descrição da Solução como um Todo Considerado o Ciclo de Vida do Objeto e Especificação do Produto

3.1 A solução proposta contempla a aquisição de uma máquina ensacadora e compactadora de silagem, ferramenta moderna e eficaz que visa transformar e modernizar o processo de armazenamento de forragens nas associações de agricultores do município de Ibiã.

3.2 Essa intervenção proporciona ganhos expressivos em eficiência operacional, redução de perdas e otimização do uso dos recursos agrícolas, promovendo maior segurança alimentar para o rebanho durante períodos críticos de estiagem e escassez de pastagem.

3.3 O equipamento possibilita a padronização do ensaque, com compactação ajustável e adequada densidade dos sacos, facilitando o transporte, o armazenamento e a conservação de silagem de milho, capiaçu, sorgo e pastagens, maximizando a qualidade do alimento animal e reduzindo o desperdício.

3.4 A escolha por uma solução definitiva, de aquisição, em detrimento do aluguel ou de contratação continuada, fundamenta-se na demanda sazonal e recorrente por esse tipo de equipamento, bem como na necessidade de garantir autonomia e uso compartilhado permanente por parte das associações.

3.5 A manutenção da máquina será respaldada pela necessidade de garantia, assistência técnica e disponibilidade de peças no mercado interno, assegurando robustez operacional a médio e longo prazo e menor risco de interrupção das atividades agrícolas.

4. Requisitos da Contratação

4.1 O equipamento deverá ser novo, sem uso anterior, podendo ser de fabricação nacional ou importada, e atender aos seguintes requisitos: conformidade com normas técnicas e de segurança, estrutura reforçada em aço carbono ou material equivalente, pintura anticorrosiva, fácil operação, manutenção e transporte.

4.2 Exige-se capacidade mínima de produção de 2 a 3 toneladas por hora, compatibilidade com sacos padrão e sistema de compactação ajustável para pesos entre 20 kg e 40 kg.

4.3 O sistema compactador deverá dispor de, no mínimo, duas roscas helicoidais, controle de densidade do material, compactação uniforme e mecanismos para reduzir embuchamentos e





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

desperdícios.

4.4 A motorização deverá ser a gasolina, com potência mínima de 6,5 HP e baixo consumo, além de sistema de acionamento seguro.

4.5 No campo da segurança, a máquina deverá oferecer parada automática, proteções nas partes móveis e dispositivo de desligamento de emergência, atendendo às normas NR vigentes.

4.6 Quanto à estrutura e mobilidade, exigem-se rodas maciças ou equivalentes, dimensões compatíveis com transporte em veículos agrícolas e resistência a uso intenso rural.

4.7 O atendimento a critérios de sustentabilidade estará presente por meio de requisitos relativos à eficiência energética e durabilidade dos materiais.

4.8 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.9 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.10 Considerando que o objeto consiste em item único e indivisível, não se aplica a reserva de cota prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

5. Modelo de Execução do Objeto

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no endereço designado pela Administração, em perfeitas condições de uso, acompanhados de nota fiscal, termo de garantia, manual em português e demais documentos.

5.4 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

5.5 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada no Brasil, de acordo com as normas técnicas específicas, com disponibilidade de peças no mercado nacional.

5.8 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

5.14 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de Gestão do Objeto

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei no 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.12 Cabe ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato.

6.13 Cabe ao gestor do contrato acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas.

6.14 Cabe ao gestor do contrato emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado.

7. Infrações e Sanções Administrativas

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei no 14.133, de 2021, o Contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, der causa à inexecução total do contrato, ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.





7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações descritas as seguintes sanções.

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas condutas de inexecução total ou retardamento injustificado, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas condutas fraudulentas ou inidôneas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa moratória de 0,5 por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias.

7.2.5 Multa compensatória de 10 por cento a 20 por cento do valor da contratação para inexecução total do contrato.

7.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021.

8. Critérios de Medição e de Pagamento

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.6 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

8.7 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

8.8 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

8.9 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

8.10 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.11 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Forma de Fornecimento

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

9.2 O fornecimento do objeto será integral.

9.3 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica exigidos na legislação vigente.

9.4 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10. Estimativas do Valor da Contratação

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 8.617,77 conforme custos unitários apurados no Estudo Técnico Preliminar.

10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado.

11 Adequação Orçamentária

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Ibiá.

11.2 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. Disposições Finais

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei no 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei no 8.078, de 1990 e normas e princípios gerais dos contratos.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

12.3 Fica definido o Foro da Comarca correspondente ao Município de Ibiam - SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Prefeitura Municipal de Ibiam -SC





ANEXO III

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 83/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

MODELO PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ:.....

INSC. ESTADUAL:.....

ENDEREÇO:.....

E-MAIL:.....

TELEFONE;

BANCO:

AGENCIA:

CONTA CORRENTE:.....

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	Preço Unitário	Preço Total

Total Geral:

Validade mínima da proposta 60(sessenta dias) dias

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa





ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto:

_____.

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Ibiã/SC

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ/MF nº, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

(*)

(*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

• Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou





insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;





- Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
- Declaramos para os devidos fins que os produtos entregues são de boa qualidade;
- Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr(a).
....., Portador(a) do RG sob nº
..... e CPF nº, cuja
função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc),
responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.
- Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito: Banco:
..... Agência:.....
- Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente
e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar Ata
de Registro de Preços/Contrato assinado para o seguinte endereço:
- **E-mail:** _____
- **Telefone:** () _____
- **Cidade:** **Bairro:**..... **Rua:**..... **nº** **CEP:**.....
- Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar
pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de
Ibiã, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos;
- Nomeamos e constituímos o senhor(a), portador(a) do CPF/MF
sob nº, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do Ata de
Registro de Preços/Contrato, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026** e todos





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIÁ

Folha Nº _____

Rubrica _____

os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Ata de Registro de Preços /Contrato.

....., de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa





ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CAMILO CÉZAR MINOSSO GATTI denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa,, CNPJ:, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º, com sede na Rua, neste ato representado pelo Sr., de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Pregão nº 24/2026, Processo Licitatório 83/2026, sujeitando-se as normas da Lei 14.133 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 24/2026, homologado em ____ de _____ de 2026, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato, **Aquisição de ensacadora e compactadora de silagem, nova, com motor a gasolina mínimo de 6,5 HP, capacidade de produção entre 2 e 3 toneladas por hora, com regulagem de compactação e peso do saco, aceleração e desaceleração automática, estrutura monobloco e rodas maciças. O equipamento deverá possuir identificação de marca, modelo e número de série. Deverá ser apresentado prospecto contendo marca e modelo junto à proposta, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2026, com o Termo de Referência, com a proposta vencedora e com as demais peças que integram o Processo de Licitação nº 83/2026.**





1.2. O objeto contratual compreende o fornecimento do equipamento constante no item licitado, observadas as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, devendo os produtos ser novos, sem uso, em embalagem original do fabricante, íntegros, sem avarias, deformações ou sinais de violação, em conformidade com as normas técnicas vigentes e adequados à finalidade a que se destinam.

1.3. Integram o padrão mínimo de qualidade do objeto, sem prejuízo de outras exigências constantes do edital e do Termo de Referência:

I – integridade física dos materiais e embalagens;

II – conformidade dos materiais com as especificações técnicas exigidas;

III – compatibilidade entre os itens fornecidos;

IV – observância das normas técnicas brasileiras aplicáveis;

V – correspondência entre os materiais entregues e as especificações da proposta adjudicada.

1.4. O fornecimento será executado conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente expedido pelo setor competente, observado o quantitativo contratado.

1.5. As entregas deverão ocorrer no local indicado pela Administração na respectiva Autorização de Fornecimento ou solicitação equivalente, podendo ser designado como local de recebimento qualquer repartição pública municipal previamente informada pelo Município.

1.6. O objeto deste contrato destina-se exclusivamente ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, para utilização em atividades agrícolas e de ensilagem, sendo vedado o fornecimento de equipamento em desacordo com a destinação, qualidade, quantidade e especificações estabelecidas neste instrumento e nos documentos que o integram.





1.7. Vinculam-se a este contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2026, o Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA, os atos do procedimento licitatório e a legislação aplicável, prevalecendo, em caso de divergência, o interesse público, a legalidade do procedimento e a interpretação sistemática do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 2.1. Pela execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores constantes da proposta vencedora homologada no procedimento licitatório, perfazendo o valor total de R\$ 8.617,77 (oito mil seiscentos e dezessete reais e setenta e sete centavos), correspondente ao quantitativo total contratado, nos termos da proposta vencedora homologada no procedimento licitatório.

2.2. Estão compreendidos no preço contratado todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive despesas com aquisição, embalagem, carga, descarga, transporte, frete, seguro, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, custos operacionais, despesas administrativas, substituições por vício, defeito ou desconformidade, bem como quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, nada mais sendo devido além dos valores expressamente pactuados, salvo hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

2.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, observada a seguinte vinculação:

Secretaria: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 83

Detalhamento: 44905234 máquinas, utensílios e equipamentos diversos

Fonte: 1500





2.4. A existência de dotação orçamentária e a emissão da respectiva nota de empenho constituem pressupostos para a realização dos pagamentos devidos, observadas as regras financeiras e orçamentárias aplicáveis à Administração Pública.

2.5. O preço contratado permanecerá vinculado à proposta vencedora e às condições da licitação, sem prejuízo da disciplina específica de reajuste e de reequilíbrio econômico-financeiro, a ser tratada em cláusula própria, vedada a alteração remuneratória por mera liberalidade ou por motivo não amparado em lei e em prova idônea.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. O fornecimento será executado em entrega única, mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente expedido pelo setor competente, observado o quantitativo contratado, no qual constarão o local de entrega e as orientações operacionais pertinentes.

3.2. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos produtos no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento, no local indicado pela Administração, em dias úteis e durante o horário de expediente, salvo ajuste diverso formalmente autorizado pelo setor requisitante.

3.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo transporte, carga, descarga, acondicionamento e entrega dos produtos, devendo adotar todas as cautelas necessárias para preservar a integridade física, a qualidade, a segurança sanitária e a adequação dos itens até o efetivo recebimento pela Administração.

3.4. Os produtos entregues deverão observar rigorosamente as especificações contratuais e do Termo de Referência, especialmente quanto a:

I – tratar-se de ensacadora de silagem nova e sem uso;

II – estar em conformidade com as especificações técnicas exigidas;





III – apresentar integridade física, sem avarias, deformações ou danos;

IV – estar em embalagem original do fabricante, quando aplicável;

V – possuir compatibilidade entre os itens fornecidos;

VI – observar as normas técnicas brasileiras aplicáveis.

3.5. O recebimento do objeto dar-se-á em duas etapas:

I – **recebimento provisório**, no ato da entrega, mediante conferência inicial da quantidade, da integridade aparente das embalagens e da correspondência com a Autorização _____ de _____ Fornecimento;

II – **recebimento definitivo**, após verificação detalhada da conformidade dos produtos com as exigências contratuais, com o Termo de Referência e com as normas aplicáveis, especialmente quanto à qualidade, validade, integridade das embalagens, peso mínimo e regularidade sanitária.

3.6. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, nem afasta o dever da CONTRATADA de responder por vícios, defeitos, desconformidades, irregularidades de qualidade ou inadequação dos produtos fornecidos.

3.7. Serão recusados, no todo ou em parte, os produtos que apresentarem qualquer das seguintes hipóteses:

I – Desacordo com as especificações contratuais ou do Termo de Referência;

II – quantidade divergente da solicitada;

III – embalagens violadas, danificadas, deformadas ou com sinais de deterioração;

IV – prazo de validade inadequado ou vencido;

V – defeitos, avarias ou qualquer circunstância que comprometa a qualidade ou a segurança para consumo;

VI – ausência de informações obrigatórias de rotulagem ou procedência.





3.8. Na hipótese de recusa, total ou parcial, a CONTRATADA deverá promover, às suas expensas e sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, a **substituição dos produtos rejeitados** no prazo fixado pela Administração na notificação formal, mantidas integralmente as condições originais da contratação.

3.9. Verificada a impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato ao CONTRATANTE **imediatamente após a ciência do impedimento**, apresentando justificativa circunstanciada e documentação comprobatória, sem que tal comunicação, por si só, gere direito à prorrogação automática do prazo ou afaste eventual responsabilização contratual.

3.10. O recebimento definitivo será formalizado por servidor designado, mediante ateste no documento fiscal correspondente ou por outro registro formal idôneo, desde que constatado o atendimento integral das exigências contratuais.

3.11. A aceitação provisória ou definitiva não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança, adequação e conformidade dos produtos fornecidos, permanecendo ela obrigada a reparar, substituir ou corrigir, às suas expensas, quaisquer irregularidades posteriormente identificadas.

3.12. O fornecimento somente será considerado regularmente executado quando os produtos forem entregues, conferidos, aceitos e atestados pela Administração, na forma desta cláusula e das demais disposições contratuais.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado **após o recebimento definitivo do objeto**, mediante apresentação da respectiva **nota fiscal** e do **arquivo XML**, os quais deverão ser encaminhados aos endereços eletrônicos indicados pela Administração, observadas as exigências deste contrato, do Termo de Referência e do Decreto Municipal nº 4499/2025.





4.2. O pagamento ficará condicionado, cumulativamente:

- I – à efetiva entrega dos produtos na forma solicitada;
- II – ao recebimento definitivo e ao ateste pelo servidor competente;
- III – à apresentação regular da documentação fiscal correspondente;
- IV – à inexistência de vícios, defeitos ou pendências relacionadas ao objeto fornecido;
- V – à observância da ordem cronológica e dos procedimentos administrativos aplicáveis no âmbito municipal, na forma do Decreto Municipal nº 4499/2025.

4.3. A nota fiscal deverá ser emitida em conformidade com o objeto efetivamente fornecido, contendo os elementos necessários à liquidação da despesa, inclusive identificação do contrato, do processo licitatório, da Autorização de Fornecimento, do quantitativo entregue e demais dados exigidos pela Administração.

4.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que a Administração, por meio do setor competente, proceder ao protocolo regular do documento fiscal apto à liquidação, acompanhado do respectivo ateste de recebimento definitivo.

4.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência nos dados do fornecimento, divergência entre os itens faturados e os efetivamente entregues, ausência do arquivo XML, pendência documental ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização pela CONTRATADA, sem que disso decorra direito à atualização monetária ou compensação financeira durante o período de saneamento imputável à fornecedora.

4.6. Antes de cada pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas na contratação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, adotando as providências administrativas cabíveis em caso de irregularidade superveniente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.





4.7. Constatada irregularidade sanável, a CONTRATADA poderá ser notificada para promover sua regularização no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da adoção das medidas legais e contratuais pertinentes.

4.8. O pagamento será realizado apenas em relação às quantidades efetivamente entregues, recebidas definitivamente e aceitas pela Administração, vedado qualquer pagamento antecipado, bem como o pagamento de itens rejeitados, não entregues ou fornecidos em desacordo com este contrato.

4.9. Quando do pagamento, serão observadas as retenções tributárias legalmente cabíveis, na forma da legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses de tratamento tributário favorecido regularmente comprovadas pela CONTRATADA.

4.10. Nos casos de eventual atraso de pagamento imputável exclusivamente ao CONTRATANTE, e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para a mora administrativa, poderão incidir os encargos legalmente cabíveis, na forma da legislação aplicável e dos critérios administrativos adotados pelo Município, observada a devida apuração no processo correspondente.

4.11. O pagamento não importa em quitação plena e irrestrita da execução contratual, permanecendo resguardado ao CONTRATANTE o direito de exigir a correção de vícios, a substituição de produtos inadequados, a reparação de danos e a aplicação das sanções cabíveis, caso constatadas irregularidades posteriormente.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, com termo inicial na data de sua assinatura, ou se encerrará com a efetiva e integral aquisição dos materiais neste descritos, prevalecendo a condição que primeiro se verificar.

5.2. A execução do objeto ocorrerá em entrega única, mediante emissão de Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente, devendo a CONTRATADA observar





os prazos, quantidades, local de entrega e demais orientações operacionais estabelecidas pela Administração.

5.3. A emissão da Autorização de Fornecimento constituirá o marco específico para exigibilidade da entrega, devendo a CONTRATADA cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e neste contrato.

5.4. Durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá manter capacidade operacional suficiente para cumprir integralmente o fornecimento contratado, assegurando a observância dos prazos de entrega, padrão de qualidade dos materiais e conformidade com as especificações técnicas exigidas.

5.5. O término da vigência contratual não prejudicará a apuração de responsabilidades da CONTRATADA por obrigações assumidas, vícios dos materiais fornecidos, irregularidades de execução, danos causados à Administração ou a terceiros, nem afastará a incidência das sanções legal e contratualmente cabíveis.

5.6. Encerradas a entrega, o recebimento definitivo e o pagamento do objeto, considerar-se-ão integralmente cumpridas as obrigações principais decorrentes do presente contrato, permanecendo exigíveis apenas as responsabilidades posteriores decorrentes da garantia, vícios, defeitos ou demais obrigações legalmente aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. Os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis durante toda a execução contratual, considerando a natureza do objeto e o prazo de execução previsto para entrega única dos materiais.

6.2. Distintamente do reajuste, poderá ser reconhecido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que comprovada, de forma robusta e idônea, a ocorrência de fato superveniente, imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, ou ainda de fato do príncipe, caso fortuito ou força maior, que tenha provocado desequilíbrio





relevante entre os encargos da CONTRATADA e a remuneração contratualmente ajustada, nos termos da legislação aplicável.

6.3. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado por escrito, com exposição clara dos fatos, indicação objetiva do impacto econômico ocorrido e apresentação de documentação comprobatória suficiente, incluindo, quando pertinente:

I – notas fiscais de aquisição;

II – tabelas, listas ou pesquisas oficiais de preços;

III – planilhas comparativas de composição de custos;

IV – documentos contemporâneos à apresentação da proposta e ao momento do pedido;

V – memória de cálculo demonstrando a efetiva repercussão do evento extraordinário sobre o preço contratado.

6.4. O simples aumento ordinário de custos de mercado, a oscilação previsível de preços, a má gestão empresarial, erro de dimensionamento da proposta ou circunstância inerente ao risco normal da atividade econômica não autorizam, por si sós, a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro.

6.5. Recebido o pedido, o CONTRATANTE procederá à análise técnica e jurídica da pretensão, podendo requisitar documentos complementares, diligências ou manifestações adicionais, somente sendo admissível eventual alteração do preço após decisão administrativa formal e, se for o caso, celebração do respectivo termo aditivo.

6.6. Independentemente de solicitação da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá, quando verificada redução relevante dos preços praticados no mercado, instaurar procedimento administrativo para avaliar a necessidade de revisão contratual em benefício do interesse público, assegurada a prévia oitiva da contratada e preservada a qualidade do objeto pactuado.





6.7. Nenhum reequilíbrio econômico-financeiro será devido sem prévia formalização administrativa, sendo vedado à CONTRATADA suspender fornecimentos, retardar entregas, condicionar execuções ou emitir cobrança com valores unilateralmente alterados antes do pronunciamento formal da Administração.

6.8. A análise de reequilíbrio econômico-financeiro deverá observar, além da legislação de regência, a natureza específica do objeto contratado, a documentação produzida no processo administrativo e o dever de preservação simultânea da equação econômico-financeira do contrato e da vantajosidade para a Administração Pública.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada, na legislação aplicável e neste contrato:

I – fornecer os produtos objeto deste contrato em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas no procedimento licitatório, especialmente quanto ao especificações técnicas, integridade dos materiais, compatibilidade entre os itens e conformidade com as normas técnicas aplicáveis;

II – executar o fornecimento em entrega única, conforme as Autorizações de Fornecimento emitidas pela Administração, observando rigorosamente os prazos, locais de entrega, quantidades requisitadas e demais orientações expedidas pelo setor competente;

III – entregar os produtos em perfeitas condições de uso, conservação e utilização, devidamente acondicionados, embalados e identificados, acompanhados da respectiva documentação fiscal, contendo as informações necessárias à conferência, ao recebimento e à liquidação da despesa;

IV – responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carga, descarga, manuseio, conservação e entrega dos produtos, suportando todos os custos correspondentes, de





modo a assegurar que os itens cheguem ao local indicado em perfeitas condições de integridade e adequação de utilização;

V – garantir que os produtos fornecidos sejam originais, íntegros, de procedência regular, em conformidade com as especificações técnicas e normas aplicáveis, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias, consumeristas e regulatórias aplicáveis;

VI – substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, no prazo fixado pela Administração, os produtos recusados, avariados, vencidos, em desacordo com as especificações contratuais ou que apresentem defeitos, vícios, irregularidades ou qualquer condição incompatível com sua finalidade pública;

VII – responder, independentemente do recebimento provisório ou definitivo, pela qualidade, segurança, adequação e conformidade dos produtos fornecidos, permanecendo responsável por vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, falhas de acondicionamento, irregularidades de transporte ou qualquer desconformidade verificada posteriormente;

VIII – comunicar formalmente ao CONTRATANTE, imediatamente após a ciência do fato, qualquer ocorrência que possa comprometer o regular cumprimento das obrigações contratuais, inclusive situações que possam impactar prazo, quantidade, qualidade, logística de entrega ou disponibilidade do produto, apresentando justificativa circunstanciada e documentação comprobatória;

IX – manter, durante toda a vigência contratual e enquanto perdurarem obrigações dela decorrentes, todas as condições de habilitação, qualificação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no procedimento licitatório, comunicando prontamente eventual alteração superveniente relevante;





X – atender, com diligência e presteza, às notificações, determinações, solicitações e orientações expedidas pelo fiscal do contrato, pelo gestor contratual ou por autoridade competente do CONTRATANTE, adotando as providências necessárias à regular execução do ajuste;

XI – arcar integralmente com todos os custos diretos e indiretos da execução contratual, inclusive despesas com aquisição, frete, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, securitários, administrativos, logísticos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;

XII – responder civil, administrativa e, quando for o caso, criminalmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, culpa ou dolo, defeito do produto, vício de qualidade, falha de execução, desconformidade técnica ou descumprimento contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis;

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, nem ceder, subcontratar ou delegar sua execução sem prévia e expressa autorização da Administração, quando juridicamente cabível, permanecendo, em qualquer hipótese, integralmente responsável perante o CONTRATANTE;

XIV – emitir corretamente as notas fiscais correspondentes aos fornecimentos realizados, observando a descrição adequada do objeto, os quantitativos efetivamente entregues, o número do processo licitatório, o número do contrato, a Autorização de Fornecimento e demais dados exigidos para a liquidação regular da despesa;

XV – observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante à qualidade, segurança e responsabilidade pelos vícios e defeitos dos produtos fornecidos;

XVI – preservar o padrão uniforme de qualidade dos itens entregues durante toda a execução contratual, vedada a substituição por produto inferior, por marca incompatível





com a proposta ou por item que não atenda às exigências mínimas do edital e do Termo de Referência;

XVII – abster-se de suspender, retardar ou condicionar o fornecimento em razão de pleitos administrativos pendentes, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas pela Administração ou amparadas por determinação formal competente;

XVIII – cumprir integralmente a legislação aplicável às contratações públicas, às normas técnicas, tributárias, consumeristas e empresariais incidentes, bem como as determinações legítimas expedidas pelos órgãos de controle e fiscalização no âmbito de suas competências.

7.2. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, previdenciários, civis ou quaisquer outros decorrentes da execução contratual não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularidade do fornecimento, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

7.3. A atuação da fiscalização contratual não exclui, limita ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, tampouco implica corresponsabilidade do CONTRATANTE por irregularidades, vícios, defeitos ou danos decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no Edital, no Termo de Referência e neste contrato:

I – emitir a Autorização de Fornecimento ou documentos equivalentes contendo as informações necessárias à execução do objeto, especialmente quanto à quantidade, local de entrega e orientações operacionais pertinentes;





II – proporcionar as condições administrativas necessárias ao regular cumprimento do contrato, prestando à CONTRATADA, quando cabível, as informações e os esclarecimentos indispensáveis à adequada execução do objeto;

III – receber os produtos entregues pela CONTRATADA, procedendo à conferência quantitativa e qualitativa, na forma prevista neste contrato, no Edital e no Termo de Referência, inclusive quanto à integridade e conformidade técnica;

IV – promover o recebimento provisório e, sendo o caso, o recebimento definitivo do objeto, mediante ateste por servidor competente, desde que verificado o atendimento integral das exigências contratuais;

V – rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações do contrato, do Termo de Referência, da proposta vencedora ou das normas aplicáveis, notificando a CONTRATADA para substituição, correção ou regularização;

VI – acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor ou equipe formalmente designada, registrando as ocorrências relevantes, determinando as providências necessárias à correção de falhas e adotando, quando for o caso, as medidas administrativas cabíveis;

VII – notificar formalmente a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas, vícios, irregularidades, atrasos ou desconformidades verificadas na execução do objeto, concedendo-lhe, quando cabível, prazo razoável para saneamento, sem prejuízo da aplicação das medidas legais e contratuais pertinentes;

VIII – efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, relativamente aos materiais efetivamente entregues, recebidos definitivamente e atestados, desde que observadas as condições previstas neste contrato e na legislação aplicável;





IX – verificar, antes do pagamento ou quando necessário à gestão do contrato, a manutenção das condições de habilitação e regularidade da CONTRATADA, adotando as providências cabíveis em caso de irregularidade superveniente;

X – aplicar, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, as sanções administrativas cabíveis em caso de inexecução, execução irregular, descumprimento contratual ou infração legal praticada pela CONTRATADA;

XI – zelar pela legalidade, economicidade, eficiência, continuidade e adequada formalização da execução contratual, adotando as providências necessárias à proteção do interesse público e à correta instrução do processo administrativo correspondente;

XII – comunicar à CONTRATADA eventuais alterações de local de entrega, ajustes operacionais ou necessidades supervenientes relacionadas à execução contratual, desde que compatíveis com o objeto licitado e formalizadas de modo idôneo;

XIII – praticar os atos de gestão e fiscalização necessários à boa execução do contrato, inclusive quanto à formalização de ocorrências, análise de pedidos da contratada, eventuais alterações contratuais, apuração de responsabilidades e adoção de medidas de regularização;

XIV – manter os registros administrativos necessários à comprovação da execução contratual, dos recebimentos, das notificações, dos pagamentos, das ocorrências e das providências adotadas ao longo da vigência do ajuste.

8.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados à execução deste contrato, nem por danos causados a terceiros por ato, omissão, culpa, dolo, vício do produto ou falha de execução imputável à contratada, a seus empregados, prepostos, fornecedores ou representantes, ressalvadas as hipóteses de responsabilidade legalmente impostas à Administração.





8.3. O exercício da fiscalização pelo CONTRATANTE não afasta nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto, pela qualidade dos materiais fornecidos e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas.

8.4. Sempre que necessário à adequada execução contratual, o CONTRATANTE poderá expedir orientações complementares, solicitar documentos, exigir comprovações, determinar correções e adotar medidas administrativas compatíveis com suas prerrogativas legais e contratuais, desde que respeitada a legalidade, a motivação dos atos administrativos e os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por meio de servidores formalmente designados para atuar na fiscalização e na gestão contratual, competindo-lhes zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas pactuadas, pela regularidade do fornecimento e pela preservação do interesse público.

9.2. Atuarão na fiscalização e gestão do contrato, conforme definido no procedimento licitatório e sem prejuízo de eventual formalização administrativa específica:

I – Gestor: Valdir Sebastião Moreira

Fiscal: Bruno Felicetti Dallago

9.3. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução material do objeto, verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações do edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e deste contrato, bem como registrar, de forma clara e objetiva, todas as ocorrências relevantes relacionadas ao fornecimento.

9.4. Compete ao fiscal do contrato, especialmente:

I – conferir a quantidade, a qualidade, integridade dos materiais, conformidade técnica e adequação às especificações do objeto;





- II – proceder ao recebimento provisório e subsidiar o recebimento definitivo do objeto, na forma contratualmente estabelecida;
- III – anotar em registro próprio as ocorrências verificadas na execução contratual, inclusive atrasos, falhas, desconformidades, recusas, substituições, notificações e demais intercorrências relevantes;
- IV – solicitar à CONTRATADA a correção de falhas, a substituição dos materiais rejeitados e a regularização de inconformidades constatadas;
- V – atestar, quando efetivamente comprovada a regular execução, os documentos necessários à liquidação da despesa;
- VI – comunicar ao gestor do contrato e à autoridade competente as ocorrências que possam ensejar aplicação de sanções, glosas, retenções, alteração contratual, extinção do ajuste ou adoção de outras providências administrativas.

9.5. Compete ao gestor do contrato acompanhar a execução sob a perspectiva administrativa e funcional, promovendo a coordenação das providências necessárias ao regular desenvolvimento do ajuste e à adequada instrução dos atos administrativos dele decorrentes.

9.6. Compete ao gestor do contrato, especialmente:

- I – supervisionar a atuação da fiscalização contratual e acompanhar os registros produzidos durante a execução;
- II – coordenar a comunicação formal com a CONTRATADA, sem prejuízo das atribuições próprias do fiscal;
- III – adotar ou propor as providências administrativas cabíveis nos casos de descumprimento contratual, irregularidade na execução, necessidade de alteração contratual, eventual prorrogação, reequilíbrio econômico-financeiro, aplicação de penalidades ou extinção do contrato;
- IV – promover a adequada instrução processual dos atos relacionados à execução contratual;





V – zelar pela compatibilidade entre a execução prática do contrato e as disposições do edital, do Termo de Referência e deste instrumento;
VI – encaminhar à autoridade competente as demandas cuja deliberação ultrapasse sua esfera de atuação.

9.7. As determinações da fiscalização e da gestão contratual, quando emitidas nos limites de suas atribuições e com fundamento neste contrato, no edital, no Termo de Referência ou na legislação aplicável, deverão ser observadas pela CONTRATADA, sem prejuízo do direito de apresentar, por escrito, as justificativas e impugnações que entender cabíveis.

9.8. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui, limita nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto, pela qualidade dos materiais fornecidos, pela observância das normas técnicas e consumeristas aplicáveis, nem pelos danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em decorrência de sua atuação.

9.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto, bem como eventuais tolerâncias, orientações operacionais ou anotações de acompanhamento realizadas pela fiscalização, não importam renúncia a direitos do CONTRATANTE, nem afastam a possibilidade de apuração posterior de vícios, defeitos, irregularidades ou responsabilidades da CONTRATADA.

9.10. Sempre que necessário, a Administração poderá substituir formalmente os agentes designados para a fiscalização e para a gestão do contrato, hipótese em que a alteração deverá ser registrada no processo administrativo correspondente, sem necessidade de aditamento contratual, salvo se houver repercussão direta sobre cláusula expressa deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a prática de atos lesivos à execução contratual, à licitação, à Administração Pública ou ao interesse público tutelado pelo presente ajuste, sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis, observados a Lei nº 14.133/2021, o edital, este contrato, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade do caso concreto, as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos limites legalmente cabíveis;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, na forma da lei.

10.3. Constituem, entre outras, hipóteses aptas a ensejar a aplicação de sanções administrativas:

- I – atraso injustificado na entrega dos materiais;
- II – fornecimento do objeto em desacordo com as especificações do edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora ou deste contrato;
- III – entrega de materiais com vício, defeito, avaria ou qualquer desconformidade técnica;
- IV – recusa injustificada em substituir os materiais rejeitados pela fiscalização;
- V – inexecução total ou parcial do contrato;
- VI – descumprimento das determinações regulares da fiscalização, da gestão contratual ou da autoridade competente;
- VII – apresentação de informação, documento ou declaração falsa no curso da execução contratual;
- VIII – prática de ato destinado a frustrar os objetivos da contratação ou a dificultar a atuação fiscalizatória da Administração;
- IX – manutenção de conduta incompatível com a boa-fé objetiva, com a lealdade





contratual e com os deveres de cooperação e transparência exigidos na execução do ajuste;

X – qualquer outra infração administrativa ou contratual prevista na Lei nº 14.133/2021 e nos documentos que instruem a contratação.

10.4. A sanção de advertência poderá ser aplicada quando a infração for considerada de menor gravidade e não justificar penalidade mais severa, especialmente nas hipóteses de irregularidades formais, desde que não haja prejuízo relevante à execução contratual, à Administração ou ao interesse público.

10.5. A multa poderá ser aplicada nas hipóteses de inadimplemento contratual, atraso, execução irregular, recusa de substituição, descumprimento de obrigação assumida ou prática de infração administrativa relacionada à execução do contrato, observados a proporcionalidade, a razoabilidade e os parâmetros do edital.

10.6. Para fins de dosimetria da sanção de multa, poderão ser considerados, entre outros critérios:

- I – a natureza e a gravidade da infração;
- II – a extensão do prejuízo causado à Administração;
- III – a reiteração da conduta irregular;
- IV – a existência de dolo ou culpa;
- V – a vantagem auferida pela contratada;
- VI – a tempestividade, ou não, da adoção de medidas corretivas;
- VII – as peculiaridades do caso concreto e a relevância do interesse público afetado.

10.7. Sem prejuízo da apuração administrativa específica, a multa observará, quando aplicável à execução contratual e por coerência com o instrumento convocatório, os parâmetros percentuais nele previstos, podendo incidir sobre o valor da obrigação inadimplida, sobre a parcela executada em desconformidade ou, quando a gravidade do caso justificar, sobre o valor contratual, sempre mediante motivação expressa no processo administrativo correspondente.





10.8. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar caberá nas hipóteses em que a gravidade da conduta ultrapasse o âmbito de mera irregularidade contratual e revele comprometimento relevante da confiança administrativa, da regularidade da execução ou da higidez do vínculo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será reservada às infrações mais graves, especialmente quando caracterizada conduta dolosa, fraude, falsidade, comportamento inidôneo ou prática de ato lesivo de elevada reprovabilidade, na forma e nos limites definidos em lei.

10.10. A aplicação de qualquer sanção dependerá da instauração de procedimento administrativo no qual sejam assegurados à CONTRATADA ciência dos fatos imputados, oportunidade de manifestação, produção de defesa e exercício dos recursos cabíveis, observando-se os prazos e ritos legalmente aplicáveis.

10.11. As sanções administrativas não excluem a possibilidade de:

I – rescisão ou extinção do contrato, quando cabível;

II – retenção de pagamentos vinculados a obrigações controvertidas, nos limites legalmente permitidos;

III – cobrança de perdas e danos;

IV – reparação integral dos prejuízos causados à Administração;

V – adoção das demais medidas administrativas, judiciais ou extrajudiciais cabíveis.

10.12. A aplicação de sanção não desobriga a CONTRATADA do cumprimento da obrigação inadimplida, salvo quando a própria Administração, por decisão motivada, reconhecer a impossibilidade, inutilidade ou desnecessidade do adimplemento remanescente.

10.13. Os valores de multa eventualmente aplicados poderão ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA, cobrados administrativamente ou exigidos pelos meios legais adequados, assegurado, em qualquer caso, o devido processo administrativo.





10.14. A eventual tolerância do CONTRATANTE quanto ao descumprimento pontual de obrigação contratual não implicará novação, renúncia a direito ou impedimento à aplicação posterior das medidas cabíveis, inclusive sanções administrativas, caso persista ou se renove a irregularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, neste instrumento e nas demais normas aplicáveis, mediante decisão administrativa motivada ou por consenso entre as partes, conforme a disciplina jurídica cabível em cada caso.

11.2. Constituem hipóteses que podem ensejar a extinção contratual, sem prejuízo de outras legalmente admitidas:

- I – o descumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais, quando demonstrada a gravidade da inadimplência ou sua aptidão para comprometer a execução do objeto, a finalidade pública da contratação ou a confiança necessária à manutenção do vínculo;
- II – o atraso injustificado na entrega dos materiais, quando reiterado ou relevante a ponto de frustrar o atendimento da necessidade administrativa;
- III – o fornecimento de materiais em desacordo com as especificações contratuais, com o edital, com o Termo de Referência ou com a proposta vencedora, especialmente quando a desconformidade não for sanada no prazo concedido pela Administração;
- IV – a recusa injustificada da CONTRATADA em substituir materiais rejeitados, corrigir falhas ou atender determinações legítimas da fiscalização e da gestão contratual;
- V – a perda superveniente das condições de habilitação ou de aptidão necessárias à execução contratual, quando incompatível com a manutenção do ajuste;
- VI – a decretação de falência, a dissolução da empresa, a alteração substancial de sua estrutura ou finalidade ou a ocorrência de fato que evidencie comprometimento da capacidade de execução;
- VII – razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente,





quando a manutenção do contrato se revelar inconveniente, desnecessária, desvantajosa ou incompatível com a finalidade administrativa;
VIII – ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, quando tornarem impossível a execução do contrato;
IX – acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e não haja prejuízo ao interesse público;
X – as demais hipóteses previstas em lei.

11.3. A extinção unilateral por iniciativa da Administração dependerá de regular apuração dos fatos e da observância do contraditório e da ampla defesa, sempre que a natureza da hipótese assim o exigir, com decisão motivada e devidamente instruída no processo administrativo.

11.4. Quando a extinção decorrer de culpa ou inadimplemento da CONTRATADA, poderão ser aplicadas, cumulativamente, as sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, da retenção de créditos legalmente admissível e da reparação integral dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

11.5. A extinção consensual somente será admissível quando demonstrada sua conveniência para a Administração, a inexistência de prejuízo à continuidade do serviço público ou à finalidade da contratação e a adequada formalização no processo administrativo correspondente.

11.6. Extinto o contrato, a CONTRATADA permanecerá responsável:

- I – pelos vícios, defeitos ou irregularidades dos materiais já fornecidos;
- II – pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual;
- III – pelas obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e civis decorrentes de sua atuação;
- IV – pelas penalidades aplicadas e pelos prejuízos cuja apuração ou cobrança sobrevenha após o encerramento formal do vínculo.





11.7. A extinção do contrato não prejudicará a eficácia das cláusulas destinadas a produzir efeitos após o término da relação contratual, especialmente aquelas relativas à responsabilidade civil, à fiscalização de vícios, à apuração de penalidades, à reparação de danos, à prestação de contas da execução e ao foro competente.

11.8. Formalizada a extinção contratual, ficará vedada a emissão de nova Autorização de Fornecimento relacionada ao presente contrato, ressalvadas as providências estritamente necessárias à liquidação de obrigações já constituídas, à apuração de responsabilidades pendentes e à adoção das medidas administrativas decorrentes do encerramento do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. O presente contrato poderá ser alterado, observados o interesse público, a motivação administrativa, a prévia instrução do processo e os limites e hipóteses admitidos pela Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo, ressalvadas as situações em que a legislação autorize apostilamento ou outro instrumento simplificado cabível.

12.2. As alterações contratuais poderão decorrer, entre outras hipóteses legalmente admitidas:

- I – da necessidade de adequação quantitativa ou qualitativa do objeto, para melhor atendimento da finalidade pública da contratação;
- II – da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que demandem ajustes para preservação da execução contratual;
- III – de modificações necessárias à melhor especificação técnica da execução, desde que não haja descaracterização do objeto lícito;
- IV – da necessidade de recomposição da equação econômico-financeira, nas hipóteses legalmente cabíveis;
- V – da adoção de providências administrativas necessárias à continuidade, regularidade, adequação ou aperfeiçoamento da execução contratual, desde que compatíveis com a ordem jurídica e com os limites da contratação originária.





12.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, até o limite legal aplicável, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, desde que regularmente motivados e formalizados pela Administração.

12.4. Nenhuma alteração contratual poderá importar em desvirtuamento do objeto originalmente licitado, em violação à isonomia entre licitantes, em supressão indevida da competitividade, em burla ao procedimento licitatório ou em ofensa aos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

12.5. As alterações que repercutirem sobre prazo, preço, quantidade, especificações, forma de execução, obrigações das partes ou equilíbrio econômico-financeiro dependerão de manifestação técnica e jurídica quando exigível, bem como da devida formalização no processo administrativo correspondente.

12.6. Não serão admitidas alterações fundadas em mera conveniência informal, em erro de planejamento imputável exclusivamente à contratada, em tentativa de recomposição remuneratória sem respaldo legal ou probatório, nem em qualquer circunstância que importe em vantagem indevida ou em prejuízo à vantajosidade da contratação para a Administração.

12.7. A eventual necessidade de alteração contratual deverá ser comunicada e justificada de forma expressa no processo administrativo, com demonstração clara dos fatos, dos fundamentos jurídicos, dos impactos sobre a execução e da compatibilidade do ajuste pretendido com a legislação aplicável.

12.8. As alterações unilaterais promovidas pela Administração, quando legalmente admitidas, não afastam o direito da CONTRATADA à preservação da equação econômico-financeira do contrato, desde que demonstrado, de forma objetiva e documentalmente comprovada, o impacto efetivo da modificação sobre os encargos assumidos.





12.9. As modificações meramente formais, correções materiais, atualizações de dados cadastrais, substituição de fiscais ou gestores e demais ajustes sem repercussão substancial sobre a relação obrigacional poderão ser processados na forma administrativa adequada, desde que não importem em alteração essencial do conteúdo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO, DA PUBLICIDADE E DO FORO

13.1. O presente contrato vincula-se, para todos os fins de direito, ao **Pregão Eletrônico nº 24/2026**, ao **Processo de Licitação nº 83/2026**, ao **Termo de Referência**, à proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA, aos atos praticados no curso do procedimento licitatório e à legislação de regência, especialmente à Lei nº 14.133/2021, ao Decreto Municipal nº 4499/2025 e às demais normas aplicáveis à contratação pública.

13.2. Integram este contrato, independentemente de transcrição, o edital, o Termo de Referência, a proposta adjudicada, as autorizações administrativas pertinentes, os atos formais de designação da fiscalização e da gestão contratual, bem como os demais documentos essenciais constantes do processo administrativo correspondente, prevalecendo, em caso de divergência interpretativa, a solução que melhor resguarde a legalidade, a coerência do procedimento e o interesse público.

13.3. A eficácia e a publicidade do presente contrato observarão as exigências da Lei nº 14.133/2021, bem como os meios oficiais de divulgação adotados pela Administração Municipal, inclusive quanto à publicação e disponibilização dos atos contratuais nos canais e sistemas oficialmente exigidos ou utilizados pelo ente público, sem prejuízo de outras providências administrativas cabíveis.

13.4. A formalização, a execução, o acompanhamento, os aditamentos, os apostilamentos, os pagamentos, as sanções, a extinção contratual e os demais atos relacionados a este instrumento deverão ser devidamente registrados e instruídos no respectivo processo administrativo, de modo a assegurar transparência, rastreabilidade, controle e segurança jurídica.





13.5. Eventual tolerância de uma parte para com a outra quanto ao descumprimento de obrigação contratual não importará novação, renúncia, modificação tácita do ajuste ou precedente vinculante para situações futuras, permanecendo íntegros os direitos, faculdades e prerrogativas previstos neste contrato e na legislação aplicável.

13.6. As comunicações entre as partes, quando relacionadas à execução contratual, deverão ocorrer preferencialmente por escrito, por meio físico ou eletrônico idôneo, inclusive por e-mail institucional ou outro canal formalmente admitido pela Administração, de modo a permitir comprovação, rastreamento e adequada instrução do processo administrativo.

13.7. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, dos princípios que regem a Administração Pública, das normas municipais aplicáveis, das cláusulas deste contrato e, subsidiariamente, das regras gerais de direito administrativo e de direito privado incidentes à espécie, no que couber e desde que compatíveis com a natureza jurídica da contratação.

13.8. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução, interpretação ou cumprimento deste contrato, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa, fica eleito o **Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.9. E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, na forma admitida pela legislação vigente, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

CONTRATANTE

Camilo Cezar Minosso Gatti

Prefeito Municipal

CONTRATADA

PROPONENTE

VENCEDOR

CNPJ.....



Assinantes

**ANDRE LUIS SIMIONI**

Assinou em 13/05/2026 às 09:06:59 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de ANDRE LUIS SIMIONI com o CPF ***.503.139-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, ANDRE LUIS SIMIONI, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

**Camilo Cezar Minosso Gatti**

Assinou em 13/05/2026 às 09:17:29 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI com o CPF ***.038.089-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, Camilo Cezar Minosso Gatti, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

GN4**E0N****9PP****14E**